

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VINÍCIUS RENATO MELO DOS SANTOS

COLONIALISMO, IMPERIALISMO E DECOLONIALIDADE: O
RACISMO COMO DEFINIDOR DA FORMAÇÃO DO SISTEMA
INTERNACIONAL

Recife

2024

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VINÍCIUS RENATO MELO DOS SANTOS

**COLONIALISMO, IMPERIALISMO E DECOLONIALIDADE: O
RACISMO COMO DEFINIDOR DA FORMAÇÃO DO SISTEMA
INTERNACIONAL**

**Trabalho de conclusão de curso como
exigência parcial para a graduação no
curso de Relações Internacionais, sob
orientação do Prof. Dr. Pedro Soares.**

Recife

2024

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

S237c Santos, Vinícius Renato Melo dos.
Colonialismo, imperialismo e decolonialidade: o racismo como
definidor da formação do sistema internacional / Vinícius Renato Melo
dos Santos. – Recife, 2024.
39 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Imperialismo. 2. Colonialismo. 3. Racismo. 4. Decoloniedade.
5. Sistema internacional. I. Soares, Pedro Gustavo Cavalcanti. II.
Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.) FADIC (2024.2-014)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VINÍCIUS RENATO MELO DOS SANTOS

**COLONIALISMO, IMPERIALISMO E DECOLONIALIDADE: O
RACISMO COMO DEFINIDOR DA FORMAÇÃO DO SISTEMA
INTERNACIONAL**

**Trabalho de conclusão de curso como
exigência parcial para a graduação no
curso de Relações Internacionais, sob
orientação do Prof. Dr. Pedro Soares.**

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

(Nome, titulação e instituição)

(Nome, titulação e instituição)

(Orientador, nome, titulação e instituição)

Recife

2024

Aos meus pais, Cícero e Renata Santos que, com muito suor, sacrifícios e amor, fizeram de mim quem hoje sou e hei de me tornar. Que, nos momentos mais sombrios da minha vida, lá estavam. Nos momentos mais extasiantes, comigo comemoraram.

A eles, todo o meu amor e, o que ainda sobrar deste.

AGRADECIMENTOS

Particularmente, acredito que os agradecimentos podam a gratidão por sua extensão, na verdade, a falta de espaço para tantas pessoas serem reconhecidas. Além, de que por ventura, uma ou outra não será citada, não por esquecimento, mas por excesso de nomes. Estas, por favor, sintam-se representadas pelos nomes enunciados.

Como num ciclo, onde todas as partes são essenciais para a formação de um círculo, todos detêm sua devida importância, muitas das vezes, com maior ou menor grau de influência, todavia, estritamente necessárias para que o ciclo se fechasse.

Agradeço aos meus pais, Cícero e Renata Santos, por me tanto aturarem e ajudarem, seja no cotidiano, caronas, incentivos. Meu pai, neste trabalho teve a função primordial de ser o primeiro revisor do texto. Como professor de matemática, se ele não entendesse algo, sentia que era meu dever reescrever de uma forma mais acessível. A minha mãe, desculpas por acordá-la de madrugada com barulho do teclado, e agradecer por confiar em mim – assim como meu pai –, mais do que eu mesmo acreditei. Valeu a pena.

Aos amigos que nesta faculdade criei, colegas de classe, como Beatriz Régis, Eduardo Marostica, Maria de Lourdes, Marcelo Augusto e tantos outros, que tornaram essa jornada mais alegre, sorridente e leve. Aos amigos que não foram colegas de classe, mas professores, como Bianor Teodósio, que em momentos difíceis em que passei, sem perceber, se fez presente e muito me ajudou a superar dificuldades gigantes. Pedro Soares, que de professor, tornou-se orientador e amigo, sempre me apoiando, incentivando e não me deixando parar de produzir, sempre com sua aura leve e agradável.

Aos amigos da vida fora da faculdade, como Beatriz Chaves, Beatriz Almeida, Alisson Monteiro, Sannara Bezerra, Rodrigo Reis, Ângelo Lemaire, Felipe Machado, Felipe Sinésio, Bruno Lins, Gabriel Oliveira, Caio Victor Remigio, Vinícius Mário, Waldomiro Soares. As amizades que fiz na PEMUN, como Luíza Rocha, Bianca Florentino, Fernanda Huergo, que chegaram de surpresa para ficar. À essa minha família não-sanguínea, eu devo muito, senão tudo.

Por fim, ao meu caro orientador, Prof. Dr. Pedro Soares (agora agradecendo-o como orientador), por ter me apresentado a temática há alguns anos, por sempre me ouvir enquanto jantava, pela liberdade de escrita, me guiando pelos caminhos que eu queria seguir. Pedro, és enorme em minha vida.

Ainda há muito mais, acredito que superaria o tamanho do meu próprio trabalho em páginas, porque em sentido de ser e agradecer, já superou há muito.

“Minha última prece:

*Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que
questiona!”*

(Frantz Fanon)

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo, através de uma revisão bibliográfica de autores decoloniais, como o racismo, colonialismo e imperialismo definiram a formação do Sistema Internacional, assim como ainda o moldam. Utilizando o método dedutivo, a partir da leitura, análise e revisão bibliográfica dos autores, nos foi permitido conceber como o racismo surge com o advento do eurocentrismo, bem sendo mais uma justificativa para empreitadas imperialistas e coloniais. Os esforços coloniais antes mirados para o Oriente, voltam-se com mais força para o “novo mundo”, justificado pela “imaturidade” e falta de “desenvolvimento” dos povos até então presentes na América. Todavia, o racismo proveniente destas empreitadas, não se encerra com os movimentos revolucionários de independência, tampouco a lógica imperialista e colonialista, assumindo um novo *modus operandi*. O imperialismo moderno, da época das grandes navegações e investimentos coloniais - com uso da força bruta direta, agora domina agendas não só estatais, mas institucionais e mercadológicas, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Mas, não somente atuando nessa esfera, mas, na nomenclatura do que conhecemos por “democracia”, “Estados falidos”, “corrupção”, o significado e importância de índices. Tudo isto, a fim da manutenção da lógica que, outrora era liberal, agora impõe-se como neoliberal. Assim, ao decorrer deste trabalho, podemos concluir que o imperialismo e colonialismo não somente foram inexoráveis para a formação do Sistema Internacional, mas ainda são fulcrais para a manutenção do mesmo no estado em que se apresenta.

Palavras-chave: imperialismo; colonialismo; racismo; decoloniedade; sistema internacional.

ABSTRACT

This monograph aims to examine, through a bibliographic review of decolonial authors, how racism, colonialism and imperialism defined the formation of the International System, as well as still shape it. Using the deductive method, from the reading, analysis, and bibliographic review of the authors, we were able to conceive how racism emerged with the advent of Eurocentrism, as well as being yet another justification for imperialist and colonial endeavors. The colonial efforts previously aimed at the East, turned with greater force to the “new world”, justified by the “immaturity” and lack of “development” of the peoples previously present in America. However, the racism resulting from these endeavors did not end with the revolutionary independence movements, nor did the imperialist and colonialist logic, assuming a new modus operandi. Modern imperialism, from the time of great navigations and colonial investments - with the use of direct brute force, now dominates not only state agendas, but also institutional and market agendas, such as the International Monetary Fund and the World Bank. But not only acting in this sphere, but in the nomenclature of what we know as “democracy”, “failed states”, “corruption”, the meaning and importance of indexes. All this, to maintain the logic that was once liberal, now imposes itself as neoliberal. Thus, in the course of this work, we can conclude that imperialism and colonialism were not only inexorable for the formation of the International System but are still crucial for maintaining it in the state in which it presents itself.

Keywords: imperialism; colonialism; racism; decolonialism; international system.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos e autores

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CIO	Companhia das Índias Ocidentais
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FMI	Fundo Monetário Internacional
LIO	<i>Liberal International Order</i>
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
RI	Relações Internacionais
SI	Sistema Internacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Metodologia	13
2	COMO A TEORIA DECOLONIAL OBSERVA O COLONIALISMO, O IMPERIALISMO E A MODERNIDADE?	14
2.1	Genocídio, escravidão e colonialismo	15
2.2	Modernidade: a coloniedade e o sistema-mundo	18
2.3	Colonialidade dos afetos	20
3	RACISMO COMO INSTRUMENTO	22
3.1	Conferência de São Francisco, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Conferência de Bandung	23
3.2	Racismo e desenvolvimento	25
3.3	A exportação da Europa	29
4	A MANUTENÇÃO DA ASSIMETRIA	31
4.1	O fim do pacto-colonial?	33
4.2	“Dependentes que são independentes”	35
5	CONCLUSÃO	37
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

1. INTRODUÇÃO

Ao analisarmos o cenário atual do Sistema Internacional (em diante, SI), podemos observar o quadro centro-periferias. Embora o SI ser considerado, de forma consensual, anárquico – apesar de diferentes explicações para tal afirmação a depender da teoria, é, factual que, os Estados-nações pertencentes ao “centro” ora foram colonizadores e imperialistas. Não considerando o colonialismo e imperialismo como eventos destoantes do processo de formação dos Estados-nações europeus, mas sim, como ferramentas necessárias para a imposição destes sobre os “não-civilizados”.

Tais processos puseram os colonizados e escravizados numa posição de desvantagem após os respectivos processos de independência destes. Não obstante, principalmente os países que conquistaram sua soberania no século XX. O quadro agrava-se quando nos debruçamos sobre o continente africano, que, até os dias atuais sofre com as consequências das “fronteiras artificiais” – o que implica diretamente na sua atuação no SI. Enquanto a Europa (protagonista da “Partilha da África” e da “Partilha da China”), de certa forma, goza de uma estabilidade supranacional.

Diante disto, como o colonialismo baliza as Relações Internacionais? Se para os Realistas, as Relações Internacionais (em diante, RI) surgem após a Paz de Westfália (1648), já havia, pelo menos, mais de um século de colonização ao redor do globo. A Guerra dos 30 Anos gozou de lucros advindos das colônias, vide a Holanda, em conjunto com a Companhia das Índias Ocidentais (em diante, CIO), empresa privada, que invadiram o nordeste “brasileiro” enquanto jugo da Coroa Portuguesa, com o intuito de obter lucros, a fito de utilizá-los em investimento militar para a continuidade da guerra supracitada, que resultaria no estabelecimento do que hoje conhecemos como Estado-nação moderno.

Além da questão material, há a questão imaterial/simbólica. Em meio à cristalização do estilo de vida, pensamentos, saberes europeus no território colonizado, em meados do século XX, Frantz Fanon busca analisar tais efeitos dessa imposição cultural do colonizador, principalmente, na América do Sul, Caribe e África. Na análise desse fenômeno, *a priori*, na Martinica, ele demonstra, com exemplos fatídicos e cotidianos, como tal cultura colonizadora promoveu um processo de aculturação do povo originário. Desde vestimentas, religião à estruturação da sociedade e implementação do Darwinismo Social. Bem como os aspectos da psique foram alterados, o apagamento das línguas e dialetos originários e, o imaginário do povo colonizado sobre ele mesmo.

Ao elucidar essas consequências/sintomas, em nenhum momento, o autor deixa de enfatizar que o surgimento de tais problemáticas é causado pelo colonialismo, nesse caso, francês. Assim,

explicitando o caráter e característica das implicações coloniais, ao condenar tal fenômeno, ele inevitavelmente atrela todas as mazelas descritas pelo mesmo a um fenômeno global. A acusação que Fanon faz ao colonialismo o insere na discussão não somente doméstica, mas global.

Desta forma, o trabalho pretende elucidar como o colonialismo e o imperialismo contribuíram de forma eficiente na dominância e permanência dos Estados-nações no “centro” do SI, enquanto os colonizados e escravizados foram/são pressionados por questões históricas e políticas a permanecerem nas “periferias”.

Para isso, por meio do método qualitativo, teórico sob a ótica decolonial, baseando-se em autores como Aimé Césaire, Frantz Fanon, Immanuel Wallerstein, Kehinde Andrews, Luciana Ballestrin, Enrique Dussel e Vladimir Lênin.

1.1 Metodologia

O trabalho consiste numa pesquisa qualitativa, de cunho estritamente teórico sob a ótica decolonial, no qual debruça-se sobre obras clássicas acerca do tema, a fim de elaborar a análise do colonialismo, imperialismo e do Sistema Internacional, que, permitiu a observar a temática do estudo a fim de responder à pergunta proposta.

Assim, foi empregado o método dedutivo, pois “toda informação ou conteúdo factual da conclusão, já estava, pelo menos implicitamente, nas premissas” (Marconi, Lakatos, 2010, p. 74). E, segundo as mesmas, (2010, p. 74) “os argumentos dedutivos ou estão corretos ou incorretos [...] não há graduações intermediárias”.

Para isso, os autores utilizados para cada conceito abordado serão:

Quadro 1 – Conceitos e autores

Conceito	Autor, obra
Colonialismo	Fanon, 2008
Complexo de Inferioridade	
Alienação	
Imperialismo	Lênin, 2021
Modernidade	Ballestrin, 2017
	Dussel, 1994

Fonte: Elaboração própria

2 COMO A TEORIA DECOLONIAL OBSERVA O COLONIALISMO, O IMPERIALISMO E A MODERNIDADE?

Este capítulo abordará os conceitos teóricos e fenômenos que serão utilizados no decorrer do trabalho, bem como concatenar como estes são de crucial importância para o entendimento e diálogo dos autores(as) acerca da temática. Para além, introduzir a discussão sobre conceitos já cristalizados que serão discutidos e revisados, como Iluminismo, modernidade e suas implicações, sob a perspectiva decolonial.

Para entendermos como a modernidade é observada pela teoria decolonial, é necessário compreender que o conceito em si não é estático, posto como fruto do Humanismo e do Iluminismo, principalmente. Assim, é imperativo debruçarmo-nos, primeiramente, sobre “o que é a modernidade”. Esta foi, por muito tempo, caracterizada por um conjunto de fatores já conhecidos, como o Iluminismo e o método científico. Porém, há de se questionar tal conceito (o que é a modernidade e o que é ser moderno) como é dado, seja no que consiste e, por consequência, quando passa-se assumir o caráter da modernidade nas ciências humanas.

Dussel (1994) ao questionar a modernidade através de autores como Aristóteles, Hegel, Kant, Heidegger e Habermas, por exemplo, nos apresenta duas concepções desta: a conceituação da modernidade e o “mito da modernidade”. Ele afirma, em sua “cronologia” que o eurocentrismo surge a partir do momento em que há o processo da constituição das figuras abstratas da “subjetividade moderna” e do *ego cogito* de Descartes. Situa a Espanha e Portugal como não mais países propriamente feudais, ao fim do século XV, porém as nações mais renascentistas, sendo o primeiro passo para a modernidade (Dussel, 1994, p. 11).

Dussel (1994, p. 11-12) continua:

Foi a primeira região da Europa que tem a “experiência” original de constituir o Outro como dominado sob o controle do conquistador, do domínio do centro sobre uma periferia. A Europa constitui-se como o “Centro” do mundo (no seu sentido planetário). É o nascimento da Modernidade e a origem de seu “Mito”! (tradução nossa)¹.

Através da contestação dos textos de autores supracitados, Dussel (1994, p. 175) assera que o conceito primário e positivo da Modernidade é a emancipação racional: “a emancipação

¹ Texto original: “Fue la primera región de Europa que tiene la originaria “experiencia” de constituir al Otro como dominado bajo el control del conquistador, del dominio del centro sobre una periferia. Europa se constituye como el “Centro” del mundo (en su sentido planetario). ¡Es el nacimiento de la Modernidad y el origen de su “Mito”!”

com saída da imaturidade por um esforço da razão como processo crítico, que abre à humanidade um novo desenvolvimento histórico do ser humano” (tradução nossa²).

Assim, Dussel (1994, p. 20-21) disserta:

Esse povo, o Norte, Europa, tem, assim, um “Direito Absoluto” por ser o “portador” do Espírito neste “momento de seu Desenvolvimento”, no qual todo *outro-povo (sic)* “não tem direito”. É a melhor definição, não somente de “eurocentrismo”, mas da sacralização do mesmo poder imperial do Norte ou do Centro sobre o Sul, a Periferia, o antigo mundo colonial e dependente. [...] Os textos [referindo-se a Hegel, Kant, Heidegger e Habermas] mostram sua espantosa crueldade, de um cinismo sem medida, que se torna o próprio “desenvolvimento” da “Razão”. Ademais, e isto tem passado despercebido em vários comentaristas e críticos de Hegel – incluindo Marx –, a contraditória “sociedade civil” é superada como “Estado” em Hegel, graças a constituição de “colônias” que absorvem esta contradição. [...] A “Periferia” da Europa serve, assim, de “espaço livre” para que os pobres, fruto do capitalismo, possam tornar-se proprietários capitalistas nas colônias (tradução nossa³).

O autor enfatiza que não somente a experiência do “Descobrimento”, mas especialmente da “Conquista”, será essencial para a constituição da modernidade, mas não somente como subjetividade, mas como a subjetividade do “centro” e o “fim” da história.

Acerca do “mito da modernidade”, Dussel (1994, p. 175) define como “a justificação de uma práxis irracional de violência”. O autor enfatiza que, ao contrário do que Horkheimer e Adorno assumem sobre o caráter *mítico* da Modernidade intra-europeu, é, na verdade, a nível Centro-Periferia, Norte-Sul, mundial.

Isto nos apresenta o ensejo do “Outro” e “desenvolvimento”, pondo a debruçarmo-nos sobre o “custo” deste “desenvolvimento”. Para isto, Kehinde Andrews (2023) e Fanon (2008) elucidam acerca do processo de colonização e seus fenômenos.

2.1 GENOCÍDIO, ESCRAVIDÃO E COLONIALISMO

² Texto original: “*La emancipación como "salida" de la inmadurez por un esfuerzo de la razón como proceso crítico, que abre a la humanidad a un nuevo desarrollo histórico del ser humano*”.

³ Texto original: “*Ese pueblo, el Norte, Europa, tiene así un "Derecho absoluto" por ser el "portador" del Espíritu en este "momento de su Desarrollo", ante el cual pueblo todo otro-pueblo "no tiene derecho". Es la mejor definición no sólo de "eurocentrismo" sino de la sacralización misma del poder imperial del Norte o el Centro, sobre el Sur, la Periferia, el antiguo mundo colonial y dependiente. [...] Los textos hablan en su espantosa crueldad, de un cinismo sin medida, que se transforma en "desarrollo" mismo de la "Razón". Además, y esto ha pasado desapercibido a muchos comentaristas y críticos de Hegel -y al mismo Marx-, la "sociedad civil" contradictoria se supera como "Estado" en Hegel gracias a la constitución de "colonias" que absorben dicha contradicción. [...] La "Periferia" de Europa sirve así de "espacio libre" para que los pobres, fruto del capitalismo, puedan devenir propietarios capitalistas en las colonias*”.

Para Kenhilde Andrews (2023), há uma problemática acerca do conceito de “genocídio”: o momento da criação [do conceito]. O Ocidente não passa a reconhecer genocídios somente após o cunho do termo, logicamente, porém, não aplica o mesmo a eventos anteriores a criação do termo, em função do Holocausto. Dussel (1994) nos traz relatos de genocídios na “América Espanhola”, o que nos faz questionar o motivo da não utilização ou do esquecimento doloso destes eventos.

Dussel (1994, p. 150-151) relata:

Os primeiros protagonistas da história latino-americana após o “choque” cultural de 1492, invisível à Modernidade, são os próprios índios, cuja história posterior já dura 500 anos. O índio resistirá durante séculos; Porém, seu dia a dia certamente será afetado pelos invasores. [...] Brutal e violentamente incorporado primeiro na "encomienda" - exploração gratuita da mão de obra indígena -, depois nos "repartimientos", sejam agrícolas ou mineiros (a "mita" andina), para finalmente receber salários de fome nas "haciendas", o índio deve recompor completamente sua existência para sobreviver em uma opressão desumana: as primeiras vítimas da Modernidade - o primeiro "holocausto" moderno, como é chamado por Russell Thornton⁴. É preciso lembrar que os invasores europeus não passaram de cem mil no final do século XVI, que então viviam como 1% entre mais de dez milhões de índios. Os invasores dominavam os pontos-chave (as cidades, as estradas, os portos, as montanhas estratégicas, etc.), mas a "a vida cotidiana" de 99% da população, no imenso campo, era quase exclusivamente indígena – claro que penetrada pelo sistema de “reduções”⁵ e “doutrinas” dos missionários, que atingiu o inconsciente coletivo da religião e da cultura indígenas. Reduzidos em número, as elites das civilizações indígenas extirpadas, o povo dos pobres sobreviveu sem poder reviver o esplendor do passado. A era colonial dominou os índios de forma sistemática, mas admitindo, pelo menos, um certo uso comunitário tradicional da terra e uma vida comunitária própria (tradução nossa⁶).

⁴ Antropólogo e professor da *University of California at Los Angeles*;

⁵ Missões jesuíticas;

⁶ Texto original: “El primer protagonista de la historia latinoamericana posterior al "choque" cultural de 1492, invisible a la Modernidad, son los indios mismos, cuya historia posterior dura ya 500 años. El indio resistirá durante siglos; de todas maneras su vida cotidiana ciertamente será afectada por los invasores. [...] Brutal y violentamente incorporado primero a la "encomienda" - explotación gratuita del trabajo indígena -, posteriormente a los "repartimientos", sean agrícolas o mineros (la "mita" andina), para por último recibir salarios de hambre en las "haciendas", el indio deberá recomponer totalmente su existencia para sobrevivir en una inhumana opresión: las primeras víctimas de la Modernidad - el primer "holocausto" moderno lo llama Russell Thornton-. Debe recordarse que los invasores europeos no eran más de cien mil al final del siglo XVI, que convivían entonces como el 1% en el seno de más de diez millones de indios. Los invasores dominaban los puntos claves (las ciudades, los caminos, los puertos, las montañas estratégicas, etcétera), pero la "vida cotidiana" del 99% de la población, en el inmenso campo, era casi exclusivamente indígena – claro que penetrado por el sistema de las "reducciones" y "doctrinas" por los misioneros, que llegaban hasta el inconsciente colectivo de la religión y a cultura indígenas. Reducidos en número, extirpadas las élites de las civilizaciones indígenas, el pueblo de los pobres sobrevivió sin poder ya revivir el esplendor del pasado. La época colonial dominó a los indios de manera sistemática, pero admitiendo, al menos, un cierto uso comunitario tradicional de la tierra, y una vida comunal propia”.

Corroborando com Dussel, Andrews enfatiza que o genocídio não é uma anomalia ou exceção, todavia um componente central da história do Ocidente, que se desenvolveu juntamente com a lógica do imperialismo e colonialismo. Andrews argumenta que genocídios como o Holocausto e o massacre em Ruanda, são produtos da mesma lógica e estrutura que fundamenta a modernidade ocidental.

Para isto, Andrews (2023, p. 99) assera que:

Raça, burocracia, ciência e racionalidade, princípios-chave da modernidade, foram reunidos para produzir um genocídio, um dos mecanismos principais para o desenvolvimento do Ocidente. A verdade incômoda é que os nazistas não minaram os princípios governantes do Ocidente, mas sim os levaram a seu extremo, com consequências mortais. A simples retórica do “nunca mais” erra tanto o alvo porque apresenta o Ocidente como a solução, quando na verdade o sistema era o problema o tempo todo. O chamado vem de dentro da casa que produziu o Holocausto, e vemos essa mesma falácia lógica com o entendimento dos genocídios modernos.

Andrews (2023) afirma que, desde 1942, o genocídio tem sido um elemento fundamental, o “princípio organizador” na formação da modernidade ocidental. O autor critica a forma como o termo “genocídio” foi historicamente aplicado, observando que sua definição e reconhecimento no Ocidente surgiram principalmente em resposta ao Holocausto, enquanto outras atrocidades, como as cometidas contra populações colonizadas, não receberam a mesma atenção ou categorização.

Desta forma, ele disserta:

Fato de que o termo “genocídio” só passou a existir no Ocidente durante o Holocausto basta como testemunho do problema. O assassinato sistemático de centenas de milhões de “selvagens” nas colônias não mereceu a criação de um conceito novo. Infelizmente, havia pouquíssimo de extraordinário no assassinato em massa de povos racializados. Como é evidente mesmo ao menor olhar sobre a história, o genocídio de hereros e namas na Namíbia é o avô do Holocausto. Mas no caso de busca por reparação com a Alemanha, o governo alemão continua a resistir em chamar a matança indiscriminada de genocídio (Andrews, 2023, p. 93).

Não apenas sugerindo, mas reiterando que o colonialismo não se encerra após as independências políticas, pelo contrário, como será elucidado mais à frente neste trabalho. Além de atrelar os fenômenos (genocídio, escravidão e colonialismo), pondo em questão que não ocorreram de forma espontânea, mas como peças de um quebra-cabeça que viriam formar o que chamamos de modernidade.

Desta forma, Luciana Ballestrin (2017) propõe um giro decolonial ao questionar e reescrever o “mito” de que a modernidade é inaugurada a partir do Iluminismo, mas a amarrando-a inexoravelmente à colonialidade.

Desta forma, Ballestrin (2017, p. 518-519) sustenta que:

A colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade, sua parte indissociavelmente constitutiva. Não existe modernidade sem colonialidade, assim como não poderia existir uma economia-mundo capitalista sem a invenção da América. A colonialidade é a continuação do colonialismo por outros meios. A colonialidade é global e se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, a do saber e a do ser.

A modernidade não existiria sem a coloniedade (relações de poder e dominação que surgem na colonização). Não sendo possível dissociar, porém, reafirmando a necessidade do fenômeno colonial para a existência da modernidade. Ballestrin (2017) sugere a não negação da modernidade. Já que, como visto acima, pois assim, a modernidade - e seus desdobramentos - dá-se a partir da coloniedade. Assim, a negação da modernidade geraria uma lacuna teórica nos estudos decoloniais.

2.2 MODERNIDADE: A COLONIEDADE E O SISTEMA-MUNDO

De acordo com a teoria Sistema-Mundo de Immanuel Wallerstein, o mundo é formado por um conjunto de relações econômicas e políticas interconectadas, onde diversas regiões e nações se relacionam de forma hierárquica e desequilibrada. Neste cenário, a busca por domínio em várias esferas e níveis de poder é percebida como um elemento crucial para a preservação e perpetuação do sistema capitalista (Wallerstein, 2004).

Wallerstein (2004) asserta que o capitalismo se fundamenta na acumulação de riqueza e poder através do uso de recursos naturais e trabalho humano, tanto no âmbito nacional quanto global. Para a perpetuação deste sistema, é imprescindível a existência de relações de poder assimétricas, expressas por meio do colonialismo, imperialismo e outras modalidades de dominação.

O racismo e o eurocentrismo são ideologias que explicam essas desigualdades e as legitimam, mantendo pautada a hierarquização entre os territórios e os atores sociais. Portanto, o desenvolvimento e fortalecimento do capitalismo está intrinsecamente associado à ideia de domínio, restrito ao fato de o mesmo garantir as condições para a acumulação de capital e o controle do acesso aos recursos. Portanto, a coloniedade do poder não se caracteriza como uma

consequência do sistema capitalista, do racismo e do eurocentrismo, mas um fator crucial para a existência e perpetuação do sistema de produção dentro do sistema-mundo.

Corroborando com a teoria acima, Ballestrin (2017) afirma que a modernidade surge a partir da coloniedade e suas implicações no SI. A invenção das Américas e dos americanos fora imbuída de relações de poder, o que autores conceituam como “coloniedade do poder⁷”. Essa relação de poder encontra-se presente em esferas materiais, como: como o controle da economia, da autoridade e dos recursos naturais; e subjetivas: do gênero e da sexualidade e o controle da subjetividade e do conhecimento.

A invenção, invasão e usurpação de um novo território, subjugou povos originários e escravizados, a fito de acumulação de capital. A obtenção de matérias-primas novas e a expansão de cultivo das conhecidas, mercado triangular, permitiu aos europeus a manutenção e aprimoramento dos respectivos sistemas econômicos. Se, por um momento, a colonização visava o expansionismo de controle territorial, manutenção do capital e aprimoramento deste, em outro momento, também serviu para subsidiar guerras europeias, como a Guerra dos 30 Anos (1618-1648), na qual a Companhia das Índias Ocidentais (CIO) (juntamente com a Holanda) invadiu o litoral pindorama que já estava sob jugo português.

O sistema-mundo colonial [moderno] tem como marco inicial a “América”. A empreitada de dominações em diferentes âmbitos e de poder, não é só consequência de uma expansão e fortalecimento do capitalismo, racismo e o intrínseco eurocentrismo, mas, um fator necessário para isto, Wallerstein (2004) argumenta que o capitalismo se expandiu por meio da exploração de territórios periféricos e da hierarquização racial, evidenciando um eurocentrismo que sustenta as estruturas do sistema mundial.

A cisão, a separação entre aquilo não-europeu e europeu, classificando os povos baseadas na cor da pele e, ainda, inaugurando a divisão internacional do trabalho (DIT) (Quijano, 2000). A modernidade como a europeização do conhecimento, dos saberes, dos costumes, da estrutura e superestrutura.

Assim, Ballestrin (2017) afirma a importância de compreender e problematizar as relações de poder, conhecimento e dominação colonialistas que ainda permeiam a sociedade contemporânea. A necessidade de questionar as estruturas hierárquicas e as influências do colonialismo e do imperialismo, bem como de promover uma abordagem mais inclusiva e diversa do conhecimento, que valorize as perspectivas e experiências dos grupos historicamente marginalizados.

⁷ Mignolo (2010) e Quijano (1992).

2.3 COLONIALIDADE DOS AFETOS

A colonização não incide somente no âmbito material das sociedades, mas nas imateriais, subjetivas e linguísticas. Este tópico, como o trabalho, pretende evidenciar essas implicações nas sociedades invadidas pela Europa.

As violências sofridas pelos colonizados, puseram-nos em posição de inferioridade perante, naquele momento, a Europa. Fanon (2008, p. 28) argumenta que tal inferioridade, que tornar-se-á um complexo, ocorre, segundo ele, “após um duplo processo: inicialmente econômico; em seguida pela interiorização [...] dessa inferioridade”.

Acerca da *epidermização*⁸ do complexo de inferioridade, gerada pelas violências materiais e imateriais, Fanon (2008, p. 35) asserta que:

O negro que conhece a metrópole é um semi-deus (sic). A respeito disso, lembro de um fato que deve ter impressionado gerações de meus compatriotas. Muitos antilhanos, após uma estadia mais ou menos longa na metrópole, voltam para ser consagrados. Entre eles, o caipira, o nativo-que-nunca-saiu-de-sua-toca, representa a forma mais eloquente dessa ambivalência. O negro que viveu na França durante algum tempo volta radicalmente transformado. Geneticamente falando, diríamos que seu fenótipo sofreu uma mutação definitiva, absoluta.

O autor deixa claro que a imposição material do colonialismo é crucial para a imposição imaterial. Gerando uma clara assimetria destes espectros do fenômeno. Um ciclo que perpetua o movimento de fluxo eurocêntrico – não somente pelas questões materiais, mas pela questão cultural –, é evidente a manutenção das assimetrias.

Fanon não se restringe somente ao ciclo internacional do racializado⁹ colonizado a fuga de sua negritude, ou seja, a busca pela branquitude por meios culturais e materiais, como o próprio título da obra diz (*Pele Negra, Máscaras Brancas*), mas nas relações interpessoais destes, ao citar relatos autobiográficos, como o de Mayotte Capécia, no qual o autor cita:

Fiquei orgulhosa. Naturalmente eu não era a única a ter sangue branco, mas uma avó branca é menos comum do que um avô branco. Então minha mãe era uma mestiça... Devia ter suspeitado ao ver sua pela clara. Achava-a mais linda que nunca, a mais fina e distinta de todas. Se ela tivesse casado com um branco, talvez eu tivesse sido completamente branca... A vida teria sido menos difícil para mim?... Eu sonhava com esta avó que não conhecera e que estava morta porque havia amado um homem de cor martinicano.... Como é que uma canadense pode ter amado um martinicano? Eu, que só vivia pensando no

⁸ Termo cunhado pelo autor em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, 2008.

⁹ No sentido passivo da palavra, imposto.

Senhor Pároco, decidi que só poderia amar um branco, um louro de olhos azuis, um francês (Capécia, 1948. p. 59 apud Fanon, 2008. p. 56-57).

Fanon (2008) continua alegando que o relacionamento “amoroso” entre um branco e uma negra, ou negras, era demasiado comum. Porém, uma negra com um branco, era totalmente inaceitável, se cogitado. Quando a relação era entre brancos, era vista como romântica e socialmente aceita.

A reconfiguração dos afetos durante e após a colonização foi brutal, além de cristalizadora e catalisadora do complexo de inferioridade. Além disto, os estigmas pejorativos recaíram sobre a negritude, fazendo com que a fuga da cor se tornasse a busca pela humanidade, dado que não eram vistos como tais:

Usar roupas européias ou trapos da última moda, adotar coisas utilizadas pelos europeus, suas formas exteriores de civilidade, florear a linguagem nativa com expressões européias, usar frases pomposas falando ou escrevendo em uma língua européia, tudo calculado para obter um sentimento de igualdade com o europeu e seu modo de existência. [...] Falar *petit-nègre* a um preto é afligi-lo, pois ele fica estigmatizado como “aquele-que-fala-*petit-nègre*”. Entretanto, pode-se argumentar que não há intenção nem desejo de afligi-lo. Concordamos, mas é justamente esta ausência de intenção, esta desenvoltura, esta descontração, esta facilidade em enquadrá-lo, em aprisioná-lo, em primitivizá-lo (sic), que é humilhante (Fanon, 2008, p. 40-45).

Ainda assim, tal reconfiguração, não só dos afetos e da subjetividade dos colonizados, mas suas estruturas societárias foram altamente modificadas, senão apagadas, pelo processo de invasão, justificado e embasado no racismo eurocêntrico.

3 RACISMO COMO INSTRUMENTO

Neste capítulo, abordaremos como a raça é um fator estruturante do Sistema Internacional moderno. Para isto, buscaremos quando raça, colonialismo e imperialismo começaram a ser discutidas em âmbito internacional, assim como foram tratadas. Observaremos como as questões foram tratadas em âmbitos institucionais, como veremos no primeiro momento, bem como a narrativa eurocêntrica da justificação do racismo.

Amitav Acharya (2022, p. 26) afirma que, apesar de que o racismo seja uma construção social, não o faz “menos real”. Nesta obra, Acharya elabora um contraste entre a Conferência de São Francisco (1945) e a Conferência de Bandung (1955), acerca da questão racial nas Relações Internacionais. O autor remonta desde as ausências dos assuntos coloniais e decoloniais nas discussões pós-Primeira Guerra Mundial até avanços de teóricos e de líderes anticoloniais pré e pós a Segunda Guerra Mundial.

Para isso, Acharya (2022, p. 24-25) baliza seu trabalho em dois pontos centrais:

Aqui, argumento que o desenho de um elo intrínseco entre colonialismo e racismo, por um lado, e entre descolonização, igualdade racial e direitos humanos, por outro, foi uma grande contribuição das nações pós-coloniais, um elo que estava ausente ou obscurecido na Carta da ONU e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), dois dos fundamentos mais importantes da LIO (Ordem Internacional Liberal). Em segundo lugar, este artigo argumenta que se deve prestar muita atenção à relação profunda e simbiótica entre racismo na produção de conhecimento e racismo na prática, com atenção especial ao papel das comunidades epistêmicas e de agentes individuais que atuam como condutores (tradução nossa¹⁰).

O autor explicita a diferença da escravidão (intrínseca ao colonialismo, vide capítulo I) “antiga” entre a moderna. Cita civilizações como romanos, gregos e árabes, porém afirma que a racialização da escravidão (através de teóricos como Kant e Locke) promove o desenvolvimento científico e imaginário social é, indiscutivelmente, um fenômeno moderno (Acharya, 2022).

Os lucros obtidos pelos colonialistas, não somente pela mão de obra escravista, mas, também, pelo próprio tráfico dos escravizados era exorbitante, sendo cruciais para a economia destes. Acharya (2022, p. 33) afirma que mesmo quase 60 anos após o Congresso estadunidense

¹⁰ Texto original: “Here I argue that the drawing of an intrinsic link between colonialism and racism on the one hand, and between decolonization, racial equality and human rights on the other, was a major contribution of postcolonial nations, a link that was missing from or obscured in the UN Charter and the Universal Declaration of Human Rights (UDHR), two of the most important foundations of the LIO (Liberal International Order). Second, this article argues for close attention to be paid to the deep and symbiotic relationship between racism in knowledge production and racism in practice, with special attention to the role of epistemic communities, and of individual agents who act as conduits”.

banir o tráfico de escravizados, estes estavam produzindo (principalmente açúcar, algodão, tabaco e arroz) mais do que 60% do PIB dos EUA. Bem como o lucro advindo do tráfico superava o valor do setor das indústrias e ferrovias. Assim, percebe-se a justificativa eurocêntrica e etnocêntrica sobre a racialização e subjugação, como a lucratividade diante de toda uma prerrogativa elaborada por acadêmicos e políticos.

Apesar do “encerramento” de atividades escravocratas, além de sua proibição, o racismo passou a reverberar-se de outras formas, *apartheid*, guetos, continuaram a coexistir, baseada na “inferioridade” dos racializados. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), discutida majoritariamente por países ocidentais, custa a abordar a questão racial, o que leva a países - que não foram convocados e/ou participaram dos debates da DUDH, promovem a Conferência de Bandung, tendo como ponto principal a ligação inexorável do colonialismo, racismo e os direitos humanos.

3.1 CONFERÊNCIA DE SÃO FRANCISCO, A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS E A CONFERÊNCIA DE BANDUNG

Acharya (2022) nos apresenta como a questão colonial e imperialista fora tratada na conferência de 1945, ou melhor, não foram. Retrocedendo um pouco, Woodrow Wilson, extremamente atuante na Conferência de Versalhes, pregava o liberalismo internacional, como também, tentativa da criação da Liga das Nações, baseada, em demasia, no livre comércio. Segundo o autor, o então presidente estadunidense não hesitou em excluir cláusulas raciais (muito desejadas pelos japoneses - não por questão racial, mas para prevenir discriminações e puderem se equiparar com as potências ocidentais).

Ao contrário dele, já no período pós-Segunda Guerra, Theodore Roosevelt tinha uma postura mais imperialista. Acerca da Conferência de São Francisco (1945), a Carta da ONU e seus rascunhos, também da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o autor afirma que o colonialismo fora debatido e discutido de forma muito escassa, durante toda a conferência, por mais que naquele momento o fenômeno ainda vingava por quase todo o globo.

Então Acharya (2022, p. 35) continua:

Como no preâmbulo, todas as menções de ‘raça’ ocorrem no contexto dos direitos humanos, como por exemplo na passagem referente ao ‘respeito universal e observância dos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, idioma, religião ou sexo’ [...] Os registros da conferência não reconhecem uma ligação entre racismo e colonialismo, nem apresentam o colonialismo como uma violação dos direitos humanos. A falta de foco no colonialismo teve a ver com a recusa do líder britânico Winston

Churchill em permitir a aplicação do princípio de autodeterminação na Carta do Atlântico, um fundamento fundamental da ONU, às possessões coloniais britânicas. [...] O ‘imperialismo’ foi notado, mas apenas em referência à Alemanha nazista e à Itália e ao Japão fascistas, não em relação ao império britânico ou aos de outras potências europeias (tradução nossa¹¹).

É notória a recusa do colonialismo como violação dos direitos humanos, juntamente com a recusa da aplicação da Carta a posses coloniais - por parte do então primeiro ministro britânico. Como já vimos, a questão colonial nunca fora escanteada (“falta de foco”), muito pelo contrário, apoiada, defendida e investida. A Carta das Nações Unidas e a DUDH parecem convergir em seus interesses, o dos Estados potência - principalmente os vencedores ocidentais da Segunda Guerra Mundial. A proibição da discriminação, neste momento, não se aplica à discriminação colonial, como apoiado por Churchill. Também é pertinente a limitação do “imperialismo” somente ao Eixo (Alemanha nazista, Itália e Japão fascistas (Acharya, 2022). Sem considerar o movimento imperialista em ascendência, visto que, segundo Ballestrin (2017, p. 525) “o imperialismo se caracteriza por uma distinta posição do Estado e do capital em múltiplos territórios, envolvendo domínio, supremacia, subordinação e exploração, num processo de reprodução reiterado historicamente”.

Se, no primeiro momento pós-Segunda Guerra, o colonialismo e o imperialismo foram relegados às colônias e, não as políticas externas dos países ocidentais, Acharya (2022, p. 35) afirma que territórios “colocados voluntariamente sob o Sistema pelos Estados responsáveis pela sua administração”, foi “uma fórmula que permitiria a continuação do domínio colonial”. Sob prerrogativas racistas como a de Roosevelt (Acharya, 2022, p. 27), no qual ele escreve que “a mais justa de todas as guerras é uma guerra com selvagens, embora seja também a mais terrível e desumana. O colono rude e feroz que expulsa o selvagem da terra coloca toda a humanidade civilizada em dívida com ele”¹².

¹¹ Texto original: “As in the preamble, all mentions of ‘race’ occur in the context of human rights, as for example in the passage concerning ‘universal respect for, and observance of, human rights and fundamental freedoms for all without distinction as to race, language, religion, or sex’ [...] The conference’s records do not acknowledge a link between racism and colonialism, or present colonialism as a violation of human rights. The lack of focus on colonialism had to do with the refusal of the British leader Winston Churchill to allow the application of the principle of self-determination in the Atlantic Charter, a key foundation of the UN, to British colonial possessions. [...] ‘Imperialism’ did get noticed, but only in reference to Nazi Germany and fascist Italy and Japan, not in relation to Britain’s empire or those of the other European powers”.

¹² Texto original: “The most ultimately righteous of all wars is a war with savages, though it is apt to be also the most terrible and inhuman. The rude, fierce settler who drives the savage from the land lays all civilized mankind under debt to him”;

Em abril de 1955, ocorreu a Conferência de Bandung, na Indonésia, composta por 29 países da Ásia e África (em contrapartida, apenas 13 países ocidentais compuseram a Conferência de São Francisco).

Sobre a Bandung, Acharya (2022, p. 39-40) disserta:

A ligação do colonialismo e do racismo com os direitos humanos foi vital, uma vez que a questão do colonialismo, a questão definidora da conferência [de Bandung], era em muitos aspectos uma questão sobre direitos humanos. [...] Declarou oficialmente que um dos seus principais objetivos seria "considerar problemas de interesse especial para os povos afro-asiáticos; por exemplo, problemas que afetam a soberania nacional e o racismo e o colonialismo" — as palavras exatas que os britânicos tanto temiam. [...] A Conferência de Bandung também fez uma ligação direta e inequívoca entre o colonialismo e os direitos humanos que estava ausente da Carta da ONU e da DUDH, concordando que o colonialismo em todas as suas manifestações é um mal que deve ser rapidamente posto fim. [...] Aqui está o principal legado da Conferência de Bandung para a ordem mundial. Em um momento fundamental para o que veio a ser conhecido como Terceiro Mundo, a Conferência de Bandung fez a ligação inequívoca entre racismo, colonialismo e direitos humanos, algo que a Carta da ONU e a DUDH falharam em fazer (tradução nossa¹³).

Assim, podemos perceber a importância da Conferência de Bandung por vários aspectos negados na Conferência de São Francisco e nem presentes na DUDH. Em 1955 se estabeleceu um vínculo intrínseco entre colonialismo, racismo e direitos humanos. Não obstante do fato de que foi uma conferência composta por países recém independentes, sem a presença de países ocidentais, foi uma resistência ao colonialismo, afirmação de soberania e uma rejeição das estruturas coloniais que ainda vingavam. Não somente composta por líderes internacionais, a Conferência de Bandung também por líderes intelectuais, permitindo o intercâmbio do entendimento do fenômeno, como Du Bois e Eric Williams (Acharya, 2022).

3.2 RACISMO E DESENVOLVIMENTO

Dussel parte das elaborações de Kant e Hegel sobre “imaturidade” e “desenvolvimento”, respectivamente, dos não-europeus. Dussel (1994, p. 14) diz que “para

¹³ Texto original: “*The linking of colonialism and racism with human rights was vital, since ‘the question of colonialism, the defining issue of the [Bandung] conference, was in many respects a question about human rights’.* [...] Officially declared that one of its main goals would be ‘to consider problems of special interest to Afro-Asian peoples; e.g. problems affecting national sovereignty and of racialism and colonialism’—the exact words that the British were so fearful of. [...] The Bandung Conference also made a direct and unambiguous link between colonialism and human rights that was absent from the UN Charter and the UDHR, agreeing that ‘colonialism in all its manifestations is an evil which should speedily be brought to an end’. [...] Here is the Bandung Conference’s key legacy for world order. At a foundational moment for what came to be known as the Third World, the Bandung Conference made the unequivocal link between racism, colonialism and human rights, something which the UN Charter and UDHR had failed to do”.

Kant, a ‘imaturidade’ ou a ‘menoridade’ são culpáveis. A ‘preguiça’ e a ‘covardia’ constituem o *ethos* desta posição existencial”.

Kant (2005, p. 63-64) tem como o “esclarecimento” (*Aufklärung*) a saída deste estado de menoridade:

Esclarecimento [*Aufklärung*] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu próprio entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [*Aufklärung*].

A título de complemento/reposta do “esclarecimento” e da “liberdade”, Dussel (1994, p. 14) afirma que “[Hegel] mostra como a história mundial é a autorrealização de Deus, da Razão e da Liberdade”. Este processo de “liberdade” para Hegel, Dussel (1994) diz que é em direção ao processo de esclarecimento (*Aufklärung*) de Kant:

A história universal representa [...] o desenvolvimento da consciência que o Espírito tem da sua liberdade e também a evolução da realização que obtém através dessa consciência. O desenvolvimento implica uma série de fases, uma série de determinações da liberdade, que decorrem do conceito da coisa, isto é, aqui, da natureza da liberdade quando esta se torna consciente de si mesma [...] Esta necessidade e a série necessária das determinações puras e abstratas do conceito são estudadas na Lógica (Hegel apud Dussel, 1994, p. 14) (tradução nossa¹⁴).

Dussel (1994) sugere que o conceito de “desenvolvimento” tem um papel central na ontologia hegeliana, sendo necessária para o alcance da “liberdade”. Assim a “maturidade” europeia se expressa perante os outros continentes/povos, uma vez que para Hegel “a ‘imaturidade’ é total, física (mesmo os vegetais e os animais são mais primitivos, brutais, monstruosos; ou simplesmente mais fracos, degenerados. Esse é o símbolo da América (Latina)” (Dussel, 1994, p. 16).

Acerca desta “imaturidade” dos não-europeus, Hegel (apud Dussel, 1994, p. 15-16) escreve:

¹⁴ Texto original: “La historia universal representa [...] el desarrollo de la conciencia que el Espíritu tiene de su libertad y también la evolución de la realización que ésta obtiene por medio de tal conciencia. El desarrollo implica una serie de fases, una serie de determinaciones de la libertad, que nacen del concepto de la cosa, o sea, aquí, de la naturaleza de la libertad al hacerse consciente de sí [...] Esta necesidad y la serie necesaria de las puras determinaciones abstractas del concepto son estudiadas en la Lógica”;

"O mundo está dividido em Velho Mundo e Novo Mundo. O nome do Novo Mundo vem do fato de que a América [...] não era conhecida até recentemente pelos europeus. Mas não pense que esta distinção é puramente externa. Aqui a divisão é essencial. Este mundo é novo não só relativamente mas absolutamente; menos a *Nueva Holanda* apresenta personagens de juventude geográfica, porque se a partir das possessões inglesas entrarmos no território, descobrimos muitos rios que ainda não conseguiram criar um leito [...] Da América e do seu grau de civilização, especialmente no México e no Peru, temos informações sobre o seu desenvolvimento, mas como uma cultura inteiramente particular, que expira no momento em que o Espírito se aproxima dela [...] A inferioridade desses indivíduos em todos os aspectos é totalmente evidente" (tradução nossa¹⁵).

A criação cultural, filosófica e científica europeia do eurocentrismo cunha aos europeus não somente uma autoridade de si para com os Outros, mas o senso de dever desenvolvimentista rumo à "maturidade" em suas empreitadas colonialistas/imperialistas, justificada pelo "mito da Modernidade".

Dussel (1994) atribui, inexoravelmente, o eurocentrismo ao conceito de "maturidade" europeia, subjugando os demais continentes a "formas não totalmente evoluídas". Assim, o "mito da Modernidade" é suplantado pela ideia da imaturidade (dos Outros) e pela "falácia do desenvolvimento/falácia desenvolvimentista".

Para isso, Dussel (1994, p. 15) explicita que:

De Hegel o conceito de "desenvolvimento" passou para Marx, e dele para a economia e a sociologia do "desenvolvimento". Por isso queremos hoje voltar ao conteúdo "filosófico" desta palavra que, como dizemos, foi a mais antiga. Um país "subdesenvolvido", ontologicamente, é "não moderno". [...] Este "desenvolvimento" da história do Oriente para o Ocidente¹⁶ é puramente "ideológico"; É um momento constitutivo do "eurocentrismo", e que, no entanto, se impôs em todos os programas de história (de escolas secundárias ou universidades) não só na Europa ou nos Estados Unidos e nos Estados Unidos, mas também na América Latina, para África Ásia (tradução nossa¹⁷).

¹⁵ Texto original: "El mundo se divide en el Viejo Mundo y en el Nuevo Mundo. El nombre del Nuevo Mundo proviene del hecho de que América [...] no ha sido conocida hasta hace poco para los europeos. Pero no se crea que esta distinción es puramente externa. Aquí la división es esencial. Este mundo es nuevo no sólo relativamente sino absolutamente; lo es con respecto a todos sus caracteres propios, físicos y políticos [...] El mar de las islas, que se extiende entre América del Sur y Asia, revela cierta inmadurez por lo que toca también a su origen [...] No menos presenta la Nueva Holanda caracteres de juventud geográfica, pues si partiendo de las posesiones inglesas nos adentramos en el territorio, descubrimos enormes ríos que todavía no han llegado a fabricarse un lecho [...] De América y de su grado de civilización, especialmente en México y Perú, tenemos información de su desarrollo, pero como una cultura enteramente particular, que expira en el momento en que el Espíritu se le aproxima [...] La inferioridad de estos individuos en todo respecto, es enteramente evidente".

¹⁶ Referindo-se a Hegel: "La historia universal va del Oriente al Occidente. Europa es absolutamente el Fin de la Historia Universal. Asia es el comienzo" em Hegel, Die Vernunft in der Geschichte, Zweiter Entwurf, 1830 (p. 207);

¹⁷ Texto original: "De Hegel el concepto "desarrollo" pasó a Marx, y de éste a la economía y sociología del "desarrollo". Por ello deseamos hoy retomar al contenido "filosófico" de esta palabra que, como decimos, fue el más antiguo. Un país "sub-desarrollado", ontológicamente, es "no-moderno". [...] Este "desarrollo" de la historia

Podemos perceber, através do resgate destes filósofos, que, a Europa não se sentia apenas no direito de “desenvolver” o Outro, mas o dever de cumprir a história. O eurocentrismo e a europeização de todos aqueles “sub/não-desenvolvidos”. Constituir e desenvolver o mundo à imagem e semelhança da Europa. O eurocentrismo não somente como sentimento, mas como justificativa ontológica e material de que era estrita e extremamente necessária a intervenção e aplicação de costumes e morais do processo civilizatório europeu (Dussel, 1994).

Desatrelar o racismo à derme é um esforço necessário para a compreensão (mesmo que a mesma esteja incluída nas justificativas eurocêntricas) de que o processo, desde o concebimento do “Eu europeu” (*ego cogito*) - referindo-se aqui ao eurocentrismo para a “justificativa” da [suposta] superioridade europeia e das empreitadas, no primeiro momento, coloniais. Esta já é uma discussão (a não exclusividade do racismo ao fenótipo) já é tratada por Fanon (2008).

Como já visto, a “imaturidade” dos africanos tenta justificar (e obteve êxito) a escravização destes, além da partilha do continente ligado, não se atém somente à derme. Mas, à noção eurocêntrica destes, o que “julgavam” e justificavam como evoluídos ou não, em suma, o que cabia a ser europeu ou não. Não podemos considerar que os debates filosóficos, interesses políticos e econômicos estavam em dissonância. Pelo contrário, ambos seguiam um fluxo de racionalização da exploração colonial das Américas.

Como Fanon (2008), especialmente no capítulo “*O negro e a linguagem*”, fica evidente que a transformação do colonizado no mais próximo de um simulacro europeu, mais transformada a colônia é, devido ao apagamento da linguagem, que acarreta na modificação dos costumes e das relações entre os próprios colonizados. Trata-se de uma europeização dos territórios “imaturos”, ou a adaptação destes territórios para a expansão de suas indústrias, no primeiro momento, a obtenção de matéria-prima ou especiarias não encontradas em continente europeu. Mais à frente, após a Revolução Industrial e a evolução do capitalismo, Lenin (2021) demonstra que o surgimento das empresas privadas, trustes e cartéis.

Assim, Lenin (2021, p. 108) afirma que:

A posse de colônias é a única coisa que dá plenas garantias ao sucesso do monopólio contra todas as contingências da luta contra o oponente, mesmo quando este procura se defender com uma lei que implante o monopólio estatal. Quanto maior o desenvolvimento do capitalismo, quanto mais sensível se torna

del Este hacia el Occidente es puramente "ideológico"; es un momento constitutivo del "eurocentrismo", y que, sin embargo, se ha impuesto en todos los programas de historia (de los High School o universidades). no sólo en Europa o Estados y Unidos, sino igualmente en América Lati na, Africa Asia”.

a insuficiência de matérias-primas, quanto mais agudas são a concorrência e a corrida por fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias.

Assim, reitera-se a confluência entre as justificativas da colonização (no âmbito filosófico/ontológico e mercadológico), a simbiose destas em prol do desenvolvimento europeu.

3.3 A EXPORTAÇÃO DA EUROPA

Como fora elucidado até aqui, podemos ter um breve ensejo do caráter eurocêntrico que baliza, nesse caso, nossas concepções e conceitos políticos, influenciando diretamente nas RI. Os conceitos mais importantes, ainda sendo mais profundo, a epistemologia utilizada é herdada dos europeus a partir da imposição violenta destes. Monarquia, Estado-nação moderno, parlamentarismo, método científico, democracia e política. Nenhum destes escolhidos pelos colonizados, mas sim, violentamente impostos.

A Europa elaborou tais conceitos e os exportou para suas colônias. Thula Rafaela (in Fanon, 2022. p. 10) assera sobre Estado moderno e colonialismo:

A primeira questão fundamental é que a teoria fanoniana parte do pressuposto de que não há um Estado (por consequência, um direito moderno) universal e abstrato, que possa ser inteligível a partir de um olhar estritamente europeu. Para Fanon, a montagem do aparato estatal se deu no entrelaçamento de práticas, hábitos, ações, instituições, disciplinas, valores e normas sociais aprendidas no cotidiano da colônia. O Estado-nação não surgiria para superar a violência e torná-la um legítimo resquício de sua atuação, ele nasceu de práticas violentas e se manteve através da violência, da interdição operada nas colônias sobre os colonizados, que tem como *prima ratio* (e não *ultima ratio*) o controle, a punição e a expropriação de vidas matáveis.

Podemos dizer, sem pudor, que nós (ex-colônias) fomos ocidentalizados. O Ocidente, se reservara para aqueles que cunharam e elaboraram os mais diversos conceitos, métodos e sistemas em vigor – a Europa, em outros termos, o Ocidente. A exportação destes para as colônias, cujas foram modeladas, moldadas, forçadas – violentamente – pela Europa.

Como Fanon (2008, p. 34) assera:

Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana.

O fluxo científico e cultural – propiciado, também, pelo apagamento da história e saberes dos colonizados – entre metrópole-colônia, nos impôs novas formas organizacionais, desembocando em uma nova relação de poder. Fanon (2008. p. 28), ao explicar o fenômeno da colonização, afirma que há um duplo processo: inicialmente econômico; em seguida pela interiorização (...) dessa inferioridade”. Esta “interiorização”, cujo autor cunha o conceito de “epidermização” do complexo de inferioridade, é a base para que os ocidentais (colonos/europeus) instalem o ocidente onde não existira tal concepção antes da empreitada.

Não é a mudança violenta dos costumes e da forma de observar o mundo, como um fenômeno natural de uma pessoa que tenha emigrado, ou tenha passado uma estadia na Europa. Se trata de um embranquecimento, de uma europeização, de uma ocidentalização. O embranquecimento é a ocidentalização.

Não foram somente os “Estado-nações modernos” que expandiram seus domínios, seja de forma colonial ou imperialista, mas o modo de vida ocidental. De forma violenta, impuseram aos dominados seus costumes, suas “ciências”, seus regimes. A transformação de territórios “ocupáveis”, de povos “matáveis”, de “saberes” nativos apagáveis, propiciou a expansão do Ocidente.

Estes que já viviam a “modernidade”, vislumbraram a implementação destas em territórios “atrasados”, que funcionariam de forma adequada para a criação de uma dependência pós independência.

4 A MANUTENÇÃO DA ASSIMETRIA

Para podermos compreender e elaborar a discussão de como o “pacto-colonial” e imperial fomenta as assimetrias de poder ainda hoje, precisamos revisitar os conceitos de “coloniedade” e “imperialidade”.

Ballestrin (2017) assera que a colonialidade do poder refere-se às estruturas de dominação e controle que surgiram durante a colonização e ainda estão presentes e operacionais nas sociedades contemporâneas, mesmo após o formalmente reconhecido fim do imperialismo. Esse conceito foi principalmente desenvolvido por Quijano (2000), explicando que a colonialidade não é resultante somente da ocupação territorial, mas abrange o controle sobre outras dimensões da vida social, como a economia, a política, a cultura, o conhecimento e demais esferas da superestrutura. A colonialidade do poder refere-se à hierarquização de relacionamentos sociais, por meio da qual alguns indivíduos são favorecidos enquanto outros são silenciados e deslegitimados, não só subalternizados. A colonialidade do poder refere-se a práticas e instituições que mantêm a dominação colonial inclusive em contextos pós-coloniais. Assim, a noção é crítica para entender como a desigualdade social e a injustiça são estruturadas ao longo do tempo.

Já o conceito de “imperialidade” pode ser denominado como o objetivo imperial que está interessado em expandir o poder e a influência a outros territórios, o que frequentemente é justificado em termos de progresso, desenvolvimento, civilização ou democracia. Essa linguagem reflete a hierarquia dos mundos políticos, econômicos e culturais, com as relações de poder entre os estados, territórios e sociedades. Ballestrin (2017, p. 524) sugere que, a coloniedade é impossível sem a coloniedade “ao assumir que a colonialidade é a lógica do colonialismo, o mesmo raciocínio pode ser estendido para o imperialismo: como a colonialidade, a imperialidade sobrevive após o fim do imperialismo formal”. Sendo assim, a perpetuação da lógica, porém mutável em seus aspectos a depender do espaço-tempo.

Assim, Ballestrin (2017, p.527) assera que:

Diferentemente do imperialismo clássico, ambientado em um sistema competitivo predominantemente interestatal, a imperialidade é reproduzida por vários agentes disponíveis com mais ou menos intencionalidade, isto é, com mais ou menos mentalidade e desejo imperial. Isto não significa dizer que não possuem agência, intenção, cálculo ou racionalidade; quer dizer que a complexidade da escala espaço-tempo das ações imperiais e a heterogeneidade de possíveis pessoas, grupos, organizações e instituições nelas envolvidas não permitem necessariamente uma autorreflexividade em relação às causas e consequências da ação (imperial).

Ballestrin (2017, p. 525) afirma que “a ausência de mecanismos e arranjos explícitos [...] reforça a noção de informalidade (Flint e Taylor, 2011), nebulosidade (Cox, 2005) e invisibilidade (Hardt e Negri, 2012) das novas dinâmicas imperiais” acaba por fluidificar as responsabilidades e responsabilizações, fazendo com que o dinamismo da governança global seja um ambiente favorável para a reprodução e ampliação do imperialismo. A autora sugere que esta é a “complexificação” do imperialismo formal (Ballestrin, 2017).

Ainda assim, Ballestrin (2017, p. 526) sugere que “isso não significa que a imperialidade seja reproduzida exclusivamente pela governança global e que todas as ações oriundas da governança global sejam imperiais”, porém o imperialismo contemporâneo não pode se manter através da captação de agendas, agências e espaços diversos - que não sustentem o mesmo ideal e tipo de regime em meio a governança global. A moldagem do Sistema Internacional para maior capacidade de ampliação do “imperialismo e seus vetores de imperialidade”¹⁸.

Na economia, após 1989 o sistema econômico mundial é pautado na desregulamentação dos mercados - com atuação dos Estados para tal, no neoliberalismo e na separação entre capital produtivo e financeiro, na especulação financeira. Ballestrin (2017) sugere que as novas formas de regionalismo¹⁹, como “suposta” contra-hegemonia, proposta por países “emergentes” e/ou “em desenvolvimento”, na verdade, são movimentos permitidos pela própria hegemonia a fim de ampliar a política neoliberal vigente.

Na política, Ballestrin (2017, p. 526) explicita que:

Em termos políticos, e isto talvez seja o mais fundamental, à movimentação de estados individuais ou agrupados soma-se uma miríade muito heterogênea de atores que conectam o local e o global, transnacionalmente. A neoliberalização globalizada do mundo veio acompanhada e fundamentada na agenda política da governança global da década de 1990 (Sousa Santos, 2001), que introduziu a autoridade e a legitimidade de atores alocados no controverso conceito de sociedade civil global (Villa e Tostes, 2006).

Diante de múltiplos atores e vetores, a obscuridade no entendimento de quais atores agem de forma imperialista ou não, tal fluidez e, concomitantemente, extremamente inserida no funcionamento das organizações e dos Estados, a governança global, como construída para tal, é o cenário “estruturante” da imperialidade e coloniedade global.

Assim, Ballestrin (2017, p. 527) afirma:

¹⁸ Ballestrin, 2017;

¹⁹ Aqui, a autora refere-se a “áreas livres de comércio, blocos regionais, grupos econômicos de países e agrupamentos políticos de países ao estilo BRICS” (Ballestrin, 2017, p. 526).

A governança global entendida como seu expediente político concerta e orquestra um conjunto de estratégias econômicas, políticas e culturais aparentemente desconectadas, mas que estão ajustadas a uma infraestrutura coesa.

Apesar do imperialismo contemporâneo ainda ser lembrado e visto como parecido ou muito parecido com o anterior, principalmente por questões bélicas, como as movimentações e “manobras” militares após o 11 de setembro [de 2001], bem como o infringimento dos Direitos Humanos e determinações do Conselho de Segurança da ONU (no caso do ataque ao Iraque). Todavia, a imperialidade atravessa campos de paz e “desenvolvimento”, perpassando por várias agendas, a fito do operar o imperialismo como a “democracia, direitos humanos, segurança, desenvolvimento, meio ambiente, cooperação, ajuda humanitária, combate ao terrorismo” (Ballestrin, 2017, p. 528).

A autora ainda reforça:

Afora tais agendas que envolvem diversos programas e acordos internacionais – inclusive, uma nova forma de assistência partidária multilateral (Cabaco, 2013) –, as estratégias de hierarquização dos espaços, geografias, povos e países são perceptíveis na criação e na proliferação de rankings internacionais para classificação e medição de democracia, liberdade, transparência, corrupção e correlatos. Os rankings internacionais obedecem e correspondem a uma nova estratégia classificatória que cria índices ideais e não ideais de comportamento biopolítico, valorização e valoração de determinadas práticas. As nomenclaturas para definição da força dos Estados – falidos, falhados, colapsados, fracos – reforça este projeto construído pela imperialidade. [...] Um concerto não necessariamente harmônico de agentes, atores e organizações conjugam, traduzem e compatibilizam as macro e microdinâmicas imperiais e coloniais, através de diferentes expedientes, arranjos, discursos, práticas, instituições, níveis e escalas. Isso, porém, não inclina ao pensamento raso de que todas as instituições internacionais estão a serviço do imperialismo e do colonialismo (Ballestrin, 2017, p. 528-529).

O que fora exposto acima, faz-nos pensar acerca da independência, ou do livramento dos ex-colonizados perante à coloniedade e imperialidade. Visto que, instituições foram inseridas no cenário internacional neoliberal, estas, vetores do imperialismo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a ONU, a Organização Mundial do Comércio (OMC), por exemplo.

4.1 O FIM DO PACTO-COLONIAL?

Devemos nos perguntar se de fato o pacto-colonial encerrou-se, a partir do que lemos acima. A caráter institucional e conceitual [vigente], deu-se fim a política de exclusividade (na

maioria dos territórios) da exploração e monopólio do mercado (duas das maiores características, senão as maiores do pacto). Todavia, questiona-se as suas implicações nos Estados hoje que, outrora, foram colonizados.

Fanon (2022, p. 48) elucida, assertando que:

O colono faz a história, e sabe que a faz. E como se refere constantemente à história de sua metrópole, indica claramente que ele é aqui o prolongamento dessa metrópole. A história que ele escreve não é, portanto, a história do país que ele saqueia, mas a história de sua nação, naquilo que ela explora, viola, esfaima. A imobilidade à qual o colonizado está condenado só poderá ser revertida se ele decidir pôr fim à história da colonização, à história da pilhagem, para fazer existir a história da nação, a história da descolonização.

Percebemos no excerto acima a centralidade da história. O que não se faz surpresa ao ler o trabalho, porém explicitamente em como os colonos dominam as esferas de poder. Como também, não há um movimento de “libertação” ativa, mas de cessão, a cessão do colono em prol do colonizado.

Sobre isso, Fanon (2022, p. 45) alerta sobre o que estamos a discutir aqui - a perpetuação do colonialismo por outros meios:

Mas pode acontecer que a descolonização ocorra em regiões ainda não suficientemente tocadas pela luta de libertação, e ali se encontrem aqueles mesmos intelectuais ardilosos, espertos, astutos. Neles permanecem intactas as condutas e as formas de pensamento acumuladas ao longo de sua convivência com a burguesia colonialista. Crianças mimadas ontem do colonialismo, hoje da autoridade nacional, eles organizam a pilhagem dos poucos recursos nacionais. Impiedosos, erguem-se acima da miséria, agora nacional por meio de negociatas e roubos legais: importação-exportação, sociedade anônimas, especulação na bolsa de valores, troca de favores. Pedem com insistência a nacionalização das atividades comerciais, isto é, a reserva de mercado e de boas oportunidades apenas aos nacionais. Doutrinariamente, proclamam, a necessidade imperiosa de nacionalizar o roubo da nação. Na aridez do período nacional, chamada fase de austeridade, o sucesso de suas rapinas provoca rapidamente a cólera e a violência do povo. [...] Para assimilar a cultura do opressor e nela se aventurar, o colonizado precisou fazer algumas garantias. Entre outras, fazer suas formas de pensamento as formas de pensamento da burguesia colonial.

O complexo de inferioridade no ápice. A europeização dada por completa. A continuação do pacto-colonial sem colonos e colonizados, mas na criação, importação e assimilação do eurocentrismo no não-europeu. Seria contraproducente interpretar o colonialismo e imperialismo apenas como o controle material de um território e de seu povo, a fim da manutenção do comércio e da metrópole/imperialista. Fanon (2008, 2022) defende que

este movimento, assim como Dussel (1994), importou a “superioridade” europeia e sua necessidade de espalhar-se, também, por meios não necessariamente materiais. Além disso, acerca das questões materiais, as colônias, principalmente as de exploração, sofreram - e ainda sofrem - com a falta de indústria nacional, visto que eram ocupadas apenas para a extração de matéria prima, criando-se assim, uma rede de dependência e a DIT (Lênin, 2021).

4.2 “DEPENDENTES QUE SÃO INDEPENDENTES”

Nesta teia de interdependência, como defende Wallerstein (2004), Lênin (2021) afirma a discrepância entre os níveis de dependência e qual posição os Estados ocupam no SI.

Para isso, Lênin (2021, p. 110) assera que:

Em se tratando da política colonial da época do imperialismo capitalista, é fundamental notar que o capital financeiro e sua política internacional correspondente, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, criam um sem-número de formas *transitórias* de dependência estatal. Para essa época, são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também, as diversas formas de países dependentes que, politicamente, formalmente, são independentes, mas, na prática, estão emaranhados nas teias da “dependência” financeira e diplomática.

O autor continua a demonstrar tal fenômeno, citando o exemplo de Portugal, alegando uma peculiaridade “ligeiramente diferente de dependência financeira e política”, uma vez que por mais que soberano e colonialista, estava desde a Guerra de Sucessão da Espanha (1701-1704) sob proteção inglesa. Segundo Lênin, a Inglaterra defendeu Portugal (e suas colônias), a fim de obter uma posição mais vantajosa contra seus, então, adversários (França e Espanha). A troca por essa defesa seria vantagens comerciais (como a Abertura dos Portos às Nações Amigas, em 1808 e a baixa de juros de importação de produtos manufaturados ingleses), melhores condições para a exportação de capital e a utilização das ilhas portuguesas para cabos telegráficos²⁰. Afirma que esse tipo de relação é a soma da “partilha do mundo”, todavia transformam-se em “elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial” (Lênin, 2021, p. 111).

Lênin (2021, p. 110-111) ainda nos traz outro exemplo da dependência independente ao citar a Argentina:

²⁰ Extraído pelo autor de *Entwicklungstendenzen de Weltwirtschaft* de Sigmund Schilder (1912, p. 160-1);

“A América do Sul e, em especial a Argentina”, diz Schulze-Gaevernitz²¹ no seu livro sobre imperialismo britânico, “encontra-se em tal dependência financeira de Londres que quase a devemos qualificar de colônia comercial inglesa”²². Segundo Schilder, os capitais investidos pela Inglaterra na Argentina, de acordo com os dados fornecidos em 1909 pelo cônsul austro-húngaro em Buenos Aires, chegavam a 8,75 bilhões de francos. Não é difícil imaginar as fortes relações que isso assegurava ao capital financeiro - e à sua fiel “amiga”, a diplomacia - da Inglaterra com a burguesia da Argentina, com os círculos dirigentes de toda a sua vida econômica e política.

Os excertos acima nos revelam a aproximação tácita entre economia e diplomacia, pelo menos, nesse período. Porém, essa íntima relação não desapareceu com os movimentos de globalização e a possibilidade de novos mercados para as ex-colônias. A manutenção da superioridade material/econômica fora perpetuada pelos “círculos dirigentes”. Vide os estudos sobre crescimento econômico e industrial, a balança está a favor, ou, ficará a favor dos antigos colonos e ainda imperialistas (como os Estados Unidos da América).

Desta forma, as marcas deixadas pelo colonialismo alavancaram as economias coloniais (uma das suas “justificativas”), fazendo com que o fenômeno fosse apenas um episódio da história europeia (principalmente) para o estabelecimento, promoção e manutenção de um Estado, um estado de vida mantido pela DIT (Lênin, 2021). Pois, para Lênin (2021, p. 106) “o nivelamento do mundo, a equalização das condições econômicas e de vida dos diferentes países sob a pressão da grande indústria, da troca e do capital financeiro, a diferença continua a ser considerável”.

²¹ Economista alemão (1864-1994);

²² Extraído pelo autor de *Britischer Imperialismus und englischer Freihandel zu Beginn des 20-ten Jahrhunderts* (1906, p. 318).

5 CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto neste trabalho, pudermos compreender, analisar e dissertar em como o colonialismo, o imperialismo e o racismo estruturam o Sistema Internacional. Nos debruçamos como a teoria decolonial aborda a pergunta de pesquisa e, através dos autores e autoras desta corrente e do método dedutivo, concluímos como a Europa constrói o eurocentrismo e o racismo, “inventando” o “mito da Modernidade”, que viria a balizar, de forma imperialista e colonial o Sistema Internacional.

Todavia, não somente o SI, mas os conceitos que justificaram genocídios e expansões territoriais e, conseqüentemente, culturais como “progresso” da humanidade perante a saída da “infância” mantida pela “covardia e preguiça” do Outro que não tinham alcançado o esclarecimento/desenvolvimento eurocentrista. Tampouco, não só a justificativa, mas o apagamento de civilizações inteiras, através de genocídios - processo inerente, indissociável do imperialismo e colonialismo. Pudermos compreender, também, que o colonialismo - e a coloniedade, são conseqüências do imperialismo, pois sem a expansão territorial imperialista, não haveria coloniedade.

O racismo, neste caso, criado pelo eurocentrismo, “epidermizado” nas colônias, seguiu como pauta fortemente esquecida e apagada das discussões institucionais internacionais que viriam a ocorrer, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Mesmo anos após o fim institucional da escravidão, o racismo, fruto de uma política imperialista-colonial e motivo para genocídios - termo apenas criado após o Holocausto da Segunda Guerra Mundial - momento em que tal política imperial se aplica dentro do próprio império. Racismo este que, ao alterar todo o funcionamento de civilizações, desde comportamentos mais individuais às instituições, por fim, embranqueceu inúmeras populações até, em grande parte, o fim das mesmas.

Se a DUDH é escrita em meados do século XX e, mal abordou, na verdade, refutou questões raciais, podemos perceber que o caráter das políticas imperialistas e coloniais não pereceram com os movimentos revolucionários de independência, a ponto de ocorrer a Conferência de Bandung (após a Declaração), composta por países que foram colonizados e intelectuais decoloniais.

Conclui-se, portanto, que a imperialidade (e ainda a coloniedade) atua em formatos diferentes, se apoderando para além de Estados, institucionalmente, a exemplo do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, utilizando agendas, tanto institucionais como estatais, para a manutenção e ampliação da política neoliberal. Bem como, ditando os significados de democracia, paz, índices e as demais

nomenclaturas utilizadas e reforçadas. Porém, ainda podendo ser vista em formato análogo ao antigo, como a guerra ao terror após o 11 de setembro [de 2001].

Diante disto, o racismo, o colonialismo e o imperialismo ainda continuam a moldar o Sistema Internacional, e neste trabalho, pudermos abordar, na escala possível, como isto, de fato, ocorre.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav. **Race and racism in the founding of the modern world order**, *International Affairs*, v.98, 1a ed., p. 23–43, <https://doi.org/10.1093/ia/iiab198>, 2022
- ANDREWS, Kehinde. **A nova era do império: Como o racismo e o colonialismo ainda dominam o mundo**. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- BALLESTRIN, L. M. DE A.. **Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial**. *Dados*, v. 60, n. 2, p. 505–540, abr. 2017.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2020.
- DUSSEL, Enrique. **1492 - El encubrimiento del Otro: "Hacia el origen del "mito de la Modernidad"**. La Paz: Plural editores, 1994.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. 1a ed. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 1a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- KANT, I. **Textos seletos**. Trad. Floriano de Sousa Fernandes. 3ª ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2005.
- LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- QUIJANO, A. **Coloniality of Power, Eurocentrism, and Social Classification**. In Lander, E. (Ed.), **The Coloniality of Power: Postcoloniality and the Sociology of Globalization** (p. 181-224). Londres: Routledge, 2000.
- WALLERSTEIN, I. **World-Systems Analysis: An Introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.